

Economia

FALE COM A EDITORA ISABELA LAMEGO E-MAIL: economia@redetribuna.com.br

ROYALTIES

Veto de Dilma fortalece o Estado

Essa é a avaliação de Casagrande. Ele agora concentra forças em discutir passos com a bancada capixaba e outros governadores

Dayane Freitas

Sáimos fortalecidos, agora temos argumentos mais fortes se formos para a Justiça." Assim o governador do Estado, Renato Casagrande, definiu o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto que redistribui os royalties de petróleo.

Em entrevista coletiva concedida ontem na residência oficial, na Praia da Costa, em Vila Velha, ele falou sobre a posição de Dilma, que cumpriu a promessa de respeitar os contratos e manter a regra atual de distribuição dos royalties de petróleo para os campos já concedidos, atendendo aos apelos de Rio, Espírito Santo e São Paulo.

Dilma vetou na sexta-feira o artigo 3º do projeto de lei aprovado pelo Congresso, que redistribui os royalties dos blocos já licitados. Com isso, o Estado deixa de perder R\$ 10,5 bilhões até 2020.

Para Casagrande, o veto fortalece o argumento sobre a manutenção dos contratos. "Se o ex-presidente Lula vetou, e ela também, e com argumentos semelhantes, essa posição fortalece a tese do não rompimento dos contratos."

Ele agora concentra forças em

discutir os próximos passos com a bancada capixaba no Congresso e outros governadores. "Temos de ter diálogo com o Congresso, com o veto ganhamos tempo para o debate. É preciso rever essa posição que viola a Constituição", frisou.

RESPONSABILIDADE

Apesar de comemorar o veto de Dilma, Casagrande afirmou que o comportamento em termos de responsabilidade fiscal não muda.

"Essa decisão não faz com que arredemos pé da ideia de responsabilidade fiscal, temos que alterar metas quando há redução de receita. Buscamos novas fontes de financiamento e qualificamos os gastos."

Ainda assim, disse, os efeitos da redução dos percentuais de royalties e de participação especial pagos só serão sentidos em quatro anos.

Amanhã, o Palácio do Planalto editará uma medida provisória que mantém o rateio aprovado pelos parlamentares apenas para o petróleo dos poços que ainda serão concedidos, a partir de maio de 2013, quando a União deve retornar leilões de novas áreas.

Dos royalties futuros, 100% terão de ser investidos em Educação. O secretário de Petróleo e Gás do

“Temos que ter diálogo com o Congresso, com o veto ganhamos tempo para o debate”

Renato Casagrande, governador



RENATO CASAGRANDE afirmou que, apesar do veto da Presidente à redistribuição dos recursos do petróleo, o comportamento em termos de responsabilidade fiscal não muda

Ministério de Minas e Energia, Marco Antonio Almeida, disse que a primeira rodada de leilões está prevista para ocorrer em maio.

Casagrande enviou sexta-feira uma carta a Dilma agradecendo o veto e destacando a importância de manter o pacto federativo.

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

	2012	2013	2020
União	50%	43%	46%
Estados produtores	40%	32%	20%
Municípios produtores	10%	5%	4%
Estados não produtores	-	10%	15%
Municípios não produtores	-	10%	15%

O QUE ACONTECE A PARTIR DE AGORA

Veto

Com o veto da presidente Dilma Rousseff — mesmo que parcial — o texto passa necessariamente pelo Congresso Nacional. A Presidente deve devolver o texto ao Congresso nos próximos dias.



Histórico

Em 2010, o então presidente Lula vetou a emenda Ibsen Pinheiro, que previa perdas ainda maiores para os estados produtores, o que mostrou a dificuldade de entendimento e articulação entre parlamentares na Câmara e no Senado.



Derrubada

Para isso, é necessário ter maioria absoluta nas duas casas, ou seja, conseguir 50% dos votos mais 1.

$$= 257 + 41$$

votos de deputados votos de senadores

Prejuízo

Se essa maioria de parlamentares votar pela derrubada do veto, o projeto vira lei e traz prejuízos bilionários para estados produtores. No caso do Espírito Santo, de **R\$ 10,5 BILHÕES**. Se não for derrubado, permanece da forma como foi colocado pela presidente Dilma.

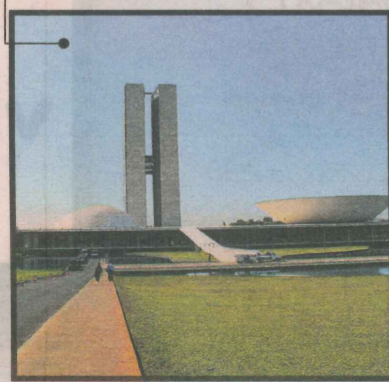


Supremo

Se houver a derrubada do veto, Rio e Espírito Santo entrarão imediatamente com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Se o STF der parecer favorável, as regras para distribuição dos royalties permanecem como hoje e o Estado não sofre prejuízos. Mas, se for contrário, o prejuízo será R\$ 10,5 bilhões.

Impasse

Mesmo com a decisão de Dilma, o impasse continua. Ao retornar ao Congresso, a Câmara e o Senado vão apreciar a decisão presidencial e podem derrubar o veto.



DIVISÃO DOS ROYALTIES DE 2012 A 2020

	COMO É HOJE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estados produtores	26,25%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
Municípios produtores	26,25%	15%	13%	11%	9%	7%	5%	4%	4%
Municípios afetados	8,75%	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%
Estados não produtores	7%	21%	22%	23%	24%	25,5%	26,5%	27%	27%
Municípios não produtores	1,75%	21%	22%	23%	24%	25,5%	26,5%	27%	27%
União	30%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: GOVERNO FEDERAL

Simpatia por recursos à Educação

Apesar de afirmar que ainda não conhece todo o texto da proposta que destina 100% dos recursos dos royalties para a Educação, contido na medida provisória (MP) que regulará a nova distribuição dos royalties do petróleo, o governador Renato Casagrande afirmou ser "simpático" à ideia.

Segundo ele, com a previsão dos recursos será possível aumentar o ritmo das obras, construir mais escolas técnicas ou aumentar o nú-

mero de escolas em tempo integral existentes no Espírito Santo.

O recurso, na avaliação dele, qualificará a prestação de serviço. "A velocidade é lenta, por isso o recurso permitirá agilizar os investimentos", destacou.

Casagrande disse que ainda precisa conhecer os detalhes para formar uma opinião mais objetiva. "Ninguém ainda conhece o texto, mas a proposta é simpática, não posso opinar de forma objetiva,

ainda precisamos ver os detalhes, mas ela pode ser ajustada no Congresso", declarou.

"Se o pré-sal e o petróleo são o passaporte para o futuro, não há futuro melhor do que garantir a educação dos nossos filhos e dos nossos netos. Então 100% dos royalties futuros irão para a Educação e 50% de todo o rendimento do Fundo Social irão para a Educação", disse o ministro da Educação, Aloizio Mercadante.



OS GOVERNADORES do Espírito Santo e do Rio lutam pelos royalties